

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.356.385 - RS (2018/0225440-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**

**AGRAVANTE : GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA**

**ADVOGADOS : EDUARDO BASTOS FURTADO DE MENDONÇA - RJ130532**  
**MARIANA CUNHA E MELO DE ALMEIDA REGO E OUTRO(S) -**  
**RJ179876**  
**MARCOS HAUSEN MARCHI - RS090520**  
**FERNANDA D'ABREU LEMOS - DF038641**

**AGRAVANTE : OATH DO BRASIL INTERNET LTDA**

**OUTRO NOME : YAHOO! DO BRASIL INTERNET LTDA**

**ADVOGADOS : ANDRÉ DEL CISTIA RAVANI - SP183020**  
**ANA LUIZA MOTA TEIXEIRA - RS091292**

**AGRAVADO : FERNANDA MOREIRA MONLLOR**

**ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO**  
**SUL**

**AGRAVADO : CLÁUDIO CAUDURO PRODUÇÕES LTDA**

**ADVOGADO : MARIA CRISTINA HOFMEISTER MENECHINI E OUTRO(S) -**  
**RS015283**

## DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos de GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA., objetivando a reforma da decisão de inadmissão do recurso interposto perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em face de acórdão assim ementado (e-STJ fls. 682/683):

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. DIVULGAÇÃO DE FOTOS SENSUAIS EM *SITE* PORNOGRÁFICO DE TERCEIRO SEM AUTORIZAÇÃO. DEVER DE RETIRAR O CONTEÚDO DAS PESQUISAS PELOS SERVIDORES. DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO.

1) Trata-se de recurso de apelação interposto contra sentença de improcedência de ação de indenização por dano moral decorrente de divulgação de fotografias em *site*.

2) Consoante a exordial, a parte autora fez ensaio fotográfico para divulgação de *site*. Alegou que as imagens foram divulgadas em diversos outros *sites*, inclusive de conteúdo pornográfico, tendo a autora sido confundida com garota de programa, fato que lhe causou abalo moral. Referiu que em razão da publicação a autora sofreu

constrangimento em seu ambiente de trabalho, tendo pedido demissão. Relatou que o fato ensejou o término de seu relacionamento amoroso por parte de seu companheiro à época. Asseverou que a Defensoria Pública encaminhou ofícios aos provedores de hospedagem réus, a fim de que retirassem do ar as referidas fotografias, o que não foi atendido. Defendeu a responsabilização objetiva dos *sites* de pesquisa e do empresário réu pelo dano causado. Requereu a desvinculação das fotografias sensuais da autora a pesquisas da *internet* e a condenação por dano moral.

3) BLOQUEIO DE ENDEREÇOS ELETRÔNICOS - O bloqueio dos endereços eletrônicos pode ser feito, a rigor, a partir de simples requerimento do interessado. Pedido de bloqueio está suficientemente justificado, não podendo ser acolhida a justificativa apresentada pelos servidores.

4) DANO MORAL - Em relação ao primeiro demandado, o contrato demonstra ter havido cessão de direitos de imagem mediante realização de ensaios fotográficos e filmagens *"para fins de divulgá-los em veículos de comunicação diversos, o qual poderá, inclusive, cedê-los a terceiros"*.

5) Os servidores não podem ser responsabilizados, objetivamente, pelo resultado da publicação feita em *sites* que lhe são contratantes, nem tampouco pode ser reconhecida responsabilidade pela natureza do conteúdo das imagens veiculadas nos sites referidos na inicial. Respondem pela multa fixada na hipótese de não terem efetuado o devido bloqueio dos endereços eletrônicos desde a data de intimação da decisão proferida em antecipação de tutela.

APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 709/716).

Sustenta estarem presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso especial (e-STJ fls. 1.099/1.131).

Com contraminuta (e-STJ fls. 1.149/1.162), os autos foram encaminhados a esta Corte.

No recurso especial, fundado no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, além de divergência jurisprudencial, a parte recorrente aponta violação aos artigos 492 e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015; 186 e 927 do Código Civil de 2002; e 19, § 1º, da Lei n. 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).

# Superior Tribunal de Justiça

Aduz que, a despeito da oposição dos embargos de declaração, o Colegiado local deixou de se manifestar acerca (i) do "[...] *julgamento ultra petita no qual o v. acórdão recorrido incorreu ao julgar pedido não reiterado pela recorrida em sua apelação [...]*"; (ii) da "[...] *suposta concordância da recorrente com a decisão liminar restabelecida pelo v. Acórdão [...]*"; e (iii) da "[...] *invalidade de ordens de remoção direcionadas aos provedores de buscas [...]* e, subsidiariamente, da *necessidade de indicação de URL como condição de validade de ordens de remoção [...]*" (e-STJ fl. 750).

Alega que os provedores não hospedam conteúdo, razão pela qual não possuem capacidade para retirar material da *internet*, além do fato de que a remoção de resultados de pesquisa não provoca a remoção do material da *internet*, havendo, portanto, inviabilidade jurídica da medida imposta.

Afirma, ainda, que há necessidade de indicação da *Uniform Resource Locator* (URL) para determinar a remoção do conteúdo, sendo inválida ordem genérica.

Com contrarrazões (e-STJ fls. 1.008/1.024).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 3 –, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Assiste razão à agravante.

De início, o Colegiado local assim se manifestou nos embargos de declaração opostos pela parte ora recorrente (e-STJ fls. 713/715):

[...]

Os embargos de declaração não servem para reexaminar tema de direito e modificar o mérito da decisão, simplesmente para atender à tese defendida pela parte no pleito. Da mesma maneira, não tem como objetivo trazer novamente à baila discussões exauridas na decisão embargada.

A respeito, destacam-se os seguintes julgados do egrégio Superior Tribunal de Justiça:

[...]

*In casu*, embora alegando omissão, almeja a parte embargante,

# *Superior Tribunal de Justiça*

visivelmente, o reexame da matéria debatida e decidida no acórdão, providência descabida em embargos de declaração.

Desse modo, inexistente a omissão apontada, o desacolhimento dos presentes embargos declaratórios é medida que se impõe, exigindo a condenação da parte embargante, diante da oposição de recurso manifestamente protelatório, ao pagamento de multa em favor da parte embargada que vai fixada em 2% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 1.026, § 2º, do CPC.

Registre-se que a reiteração de embargos de declaração implicará na observância do disposto no § 3º do art. 1.026 do CPC.

ISSO POSTO, voto no sentido de desacolher os embargos de declaração e condeno a parte embargante ao pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa em favor da parte recorrida.

[...]

Verifico que procede a alegação de violação ao artigo 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015, quanto à omissão do Tribunal de origem acerca das matérias suscitadas nos embargos de declaração de fls. 696/706 (e-STJ), tendo em vista que o Colegiado estadual, instado a se pronunciar sobre os temas ali ventilados, os quais são essenciais ao deslinde da controvérsia, não os enfrentou de forma suficiente e fundamentada.

Dessa forma, considerando que não cabe a esta Corte Superior reexaminar fatos e provas, tampouco se pronunciar sobre matérias não prequestionadas, verifico que a questão deve ser analisada pelo Tribunal de origem.

Cabe ressaltar que, nesses casos, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça preconiza o retorno dos autos ao Colegiado estadual para novo exame dos embargos de declaração.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA QUE SE PRONUNCIE SOBRE AS QUESTÕES ESSENCIAIS AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. INOVAÇÃO RECURSAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

# Superior Tribunal de Justiça

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 535, I e II, do CPC.

2. O Tribunal *a quo*, a despeito da oposição de embargos declaratórios, deixou de emitir juízo de valor especificamente sobre questão federal suscitada nos autos e relevante para o deslinde da controvérsia. Necessária a anulação do acórdão dos embargos de declaração, para que outro seja proferido, com expreso julgamento da questão assinalada. Ausência de inovação recursal.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp n. 782.987/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 26/2/2016).

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015 CONFIGURADA. ACÓRDÃO ESTADUAL OMISSO QUANTO A PONTO ESSENCIAL AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Decisão atacada que deu provimento ao recurso especial da parte ora agravada para, reconhecendo violação ao art. 1.022 do CPC/2015, anular o acórdão que julgou os aclaratórios e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento dos embargos de declaração, como entender de direito, sanando a omissão reconhecida.

2. Fica configurada a ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o Tribunal *a quo*, apesar de devidamente provocado nos embargos de declaração, não se manifesta sobre tema essencial ao deslinde da controvérsia.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp n. 1.754.832/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 28/3/2019, DJe 11/4/2019).

Desse modo, a análise das demais teses aventadas no recurso especial fica, portanto, prejudicada.

Em face do exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos para novo exame dos embargos declaratórios, devendo o Tribunal de origem deliberar sobre a omissão apontada.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Intimem-se.

Brasília, DF, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

